

A GUERRA MODERNA

A Contra-Insurgência como Prática Equivocada

Edward N. Luttwak

O Professor Edward Nicolae Luttwak é Ph.D. da Johns Hopkins University e exerceu as funções de Consultor na Secretaria de Defesa dos Estados Unidos da América, bem como no Conselho de Segurança Nacional, no Departamento de Estado, na Marinha, no Exército e na Força Aérea daquele país. Autor de diversos livros na área de Estratégia tem, também, proferido palestras na Escola de Guerra Naval.

PRÓLOGO

Meu tema é o impasse em que se encontra o poder militar nos dias de hoje. As forças armadas modernas continuam estruturadas para a guerra de grande escala; entretanto, nas sociedades adiantadas, os pequenos núcleos familiares não estão dispostos a enviar seus filhos homens para a guerra e nem aceitam que estes se transformem em vítimas, ainda que sejam vítimas de guerra. Os americanos contam suas baixas no Iraque com grande pesar – baixas estas que em três anos ainda não chegam a 3.000 – um número inferior ao de baixas sofridas em apenas um dia de combates em diversas guerras do passado. Essa recusa em ceder o sangue que alimenta as batalhas felizmente diminui a probabilidade de que essas sociedades avançadas entrem deliberadamente em conflito umas com as outras ('pas des enfants, pas de Suisse, pas de guerre'), exceto quando se acredita que uma guerra possa ser inteiramente ou em grande parte aérea e naval, pois essas forças que utilizam muito mais os equipamentos que o pessoal para combater podem realmente ser empregadas com menos baixas. Mas guerras desse tipo são difíceis de imaginar, a não ser no caso de serem travadas em ilhas, como é o caso da guerra entre a China e Taiwan, o que é pouco provável por várias razões. As forças aéreas e navais certamente podem ser empregadas com vantagem contra qualquer inimigo menos adiantado e imprudente o suficiente para confiar em uma defesa convencional conduzida por forças regulares; entretanto, também nesse contexto, deve haver sérias dúvidas sobre a real utilidade de países adiantados que não toleram baixas continuarem a empregar forças terrestres.

Não restariam funções verdadeiras para as tropas terrestres de um país, após este haver bloqueado o inimigo com facilidade, bombardeado com sucesso todos os pontos nodais certos para cortar as redes de eletricidade, transportes e comunicações, feito ataques aéreos suficientes para interromper pistas de pouso e decolagem, destruir aeronaves abrigadas ou não, mísseis balísticos, instalações nucleares, caso existam, afundar navios de guerra e derrotar quaisquer forças mecanizadas posicionadas a céu aberto, como os EUA fizeram com o Iraque em 1991 e parcialmente em 2003, e como poderiam fazer com o Irã. As únicas funções que restariam seriam as de expulsar o inimigo dos territórios que ocupasse ou de ocupar

seu próprio território. Mas isso poderia causar baixas que talvez não fossem toleradas e provocar uma revolta.

Caso isso ocorresse, as forças navais não poderiam ser de muita utilidade, pois essas revoltas raramente têm uma dimensão marítima importante (o caso do Sri Lanka é uma exceção) e mesmo as operações ribeirinhas, de um modo geral, são secundárias. As forças aéreas podem exercer papel de vigilância e transporte, mas os alvos dos insurgentes dificilmente são estáveis ou contrastam o suficiente para possibilitar sua identificação e localização e um ataque aéreo eficaz. Consequentemente, quase tudo fica a cargo das forças terrestres e, quando o ataque avançado for menos avançado, essas forças terão ampla vantagem em termos de poder de fogo, mobilidade e coerência operacional. Mas elas tampouco terão um inimigo visível contra que lutar, de modo que os métodos operacionais normais e as táticas da guerra convencional não poderão ser aplicados. Existem métodos e táticas alternativas para a guerra de contra-insurgência, mas será que estes realmente funcionam? Os revoltosos nem sempre vencem; na verdade, geralmente são derrotados. Porém suas derrotas raramente podem ser atribuídas à guerra de contra-insurgência se comparada a outros meios que veremos mais adiante.

A TEORIA DA GUERRA DE CONTRA-INSURGÊNCIA

Dois generais americanos dotados de inteligência acima do normal e que se destacaram no Iraque, James N Mattis, do Corpo de Fuzileiros Navais, e David H Petraeus, do Exército, ambos atualmente encarregados do treinamento e da doutrina de comando de suas respectivas armas, recentemente fizeram circular o texto de um novo manual de combate para “contra-insurgência” (FM 3-24 DRAFT) que propõem seja adotado oficialmente.

As doutrinas presentes nesse manual dão título aos capítulos. O primeiro capítulo contém definições que qualquer manual militar teve conter – sua função básica é determinar uma linguagem comum, já que o campo de batalha não é local para debates semânticos. No capítulo dois, primeiro capítulo de fato, “Integração das Atividades Cívicas e Militares”, a natureza essencialmente política da luta contra insurgentes é devidamente reconhecida e fortemente enfatizada. Isso não pode ser considerado uma descoberta, já que os dois generais e seus estados maiores seriam os primeiros a reconhecê-lo; mesmo assim, é necessário afirmar o óbvio porque em meio às frustrações de lutar contra o mais invisível dos inimigos é difícil resistir à tentação de imaginar que uma nova tática criativa, ou mesmo uma tecnologia nova e engenhosa, seria capaz de derrotar os insurgentes.

Muito mais questionável é a proposta que se segue, que é apresentada como uma coisa óbvia, de que uma condição, se não suficiente, necessária à vitória é poder oferecer aquilo que os insurgentes não podem: serviços públicos básicos, reconstrução física, a esperança de desenvolvimento econômico e melhorias sociais. A premissa por trás dessa proposta é de que existe apenas um tipo de política neste mundo segundo a qual o apoio popular é importante ou mesmo decisivo e pode ser conquistado com a oferta de um governo melhor.

A extraordinária persistência de ditaduras tão díspares em estilo quanto os regimes de Cuba, da Líbia, da Coréia do Norte e da Síria provam que os governos não precisam do apoio popular, mas sim de obediência.

Quanto a um governo melhor, isto certamente é o desejo de franceses, noruegueses e americanos, mas obviamente não é o que querem no Afeganistão e no Iraque, onde muita gente prefere a opressão local ou religiosa às liberdades oferecidas pelos invasores estrangeiros.

A palavra ‘guerrilha’, que agora se refere unicamente a uma tática, foi usada inicialmente para descrever a insurgência feroz dos espanhóis pobres e analfabetos, sob a liderança de seus opressores tradicionais, contra seus pretensos libertadores. No dia 6 de julho de 1808, o Rei José I da Espanha apresentou um esboço de constituição que pela primeira vez na história da Espanha oferecia um judiciário independente, liberdade de imprensa e a abolição dos últimos privilégios feudais da aristocracia e da igreja. Nessa época, os Conventos, Mosteiros e Bispos ainda possuíam todas as construções e toda a terra das 3.148 cidades e vilas que eram habitadas pelos arrendatários mais miseráveis da Europa. No entanto, os camponeses espanhóis não exigiram a implantação imediata da nova constituição que os libertaria e permitiria que eles mantivessem suas próprias colheitas. Pelo contrário, eles obedeceram ao clero que os intimou a lutar contra as inovações ímpias do invasor estrangeiro. A razão para isso foi o fato de José I, irmão de Napoleão Bonaparte, ter sido colocado no trono espanhol pelas tropas francesas. Para a maioria dos espanhóis não importava o que era proposto, mas quem o propunha.

Na verdade, a essa altura os franceses já deveriam ter aprendido a lição. Em 1799, a mesma coisa ocorreu em Nápoles, cujos liberais, apoiados pelos franceses, foram massacrados pelos próprios camponeses e plebeus que queriam emancipar. Eles haviam sido reunidos em uma milícia da “Santa Fé” pelo Cardeal Fabrizio Ruffo, que os levou à luta de cima de seu cavalo. Coincidentemente, Ruffo pertencia à família que era a maior proprietária de terras da Calábria. Ele não teve dificuldade para persuadir seus seguidores de que todas as promessas de melhoramentos materiais eram irrelevantes, porque o verdadeiro objetivo dos franceses e dos liberais era a destruição da Religião Católica em nome de Satã. O mesmo foi feito pelo clero espanhol; seus seguidores analfabetos não tinham como saber que na primeira cláusula da constituição de José I a Igreja Católica Apostólica Romana não só era reconhecida, mas declarada como a única permitida na Espanha.

Agora, o mesmo tipo de política está sendo praticado no Afeganistão e no Iraque, inclusive a sagração ineficaz do Islã na nova constituição iraquiana e o surgimento de senhores da guerra dentre os clérigos prontos para usar da violência como fez o Cardeal Ruffo. Desde a invasão em 2003, tanto os clérigos Xiitas quanto os Sunitas repetem insistentemente que os americanos e seus aliados “Cristãos” estão no Iraque para destruir o coração cultural do Islã e ainda roubar o petróleo do país. Os clérigos classificam todas as promessas de democracia e direitos humanos feitas pelos invasores como hipocrisia – exceto com relação aos direitos da mulher, que eles dizem ser propaganda para convencer as filhas e as mulheres dos iraquianos a desonrarem suas famílias imitando a impertinência e a nudez desavergonhadas das mulheres ocidentais.

A grande maioria de afegãos e iraquianos, freqüentadores assíduos das mesquitas, analfabetos ou, na melhor das hipóteses, semi-analfabetos, acreditam naturalmente em seus líderes religiosos. A alternativa para eles seria acreditarem naquilo que consideram totalmente inacreditável – que os estrangeiros estão altruisticamente dando seu sangue e seu dinheiro por eles. Eles próprios jamais invadiriam um país estrangeiro se não fosse para saqueá-lo, como fez o Iraque ao invadir o Kuwait – Saddam Hussein ficou realmente popular entre seus soldados que traziam para casa o fruto dos saques, de automóveis a jóias de ouro roubadas das casas saqueadas. No Iraque, como têm mostrado pesquisas de opinião e inúmeros incidentes, os americanos e seus aliados são considerados o pior dos invasores, que só vieram para roubar os iraquianos muçulmanos não apenas de seu território e seu petróleo, mas também de sua religião e, até mesmo, de sua honra familiar. Muitos muçulmanos ao redor do mundo acreditam nisso, até na Turquia, onde um filme recente de muito sucesso retrata um médico militar e judeu americano que opera os iraquianos não para salvar suas vidas, mas para remover seus rins e vendê-los para transplante nos Estados Unidos (afinal de contas, ele é judeu). O mesmo ocorre no Afeganistão, onde a cota imposta pelos americanos obrigando a presença de parlamentares do sexo feminino não apenas causou indignação geral, mas provocou a morte de muitas mulheres, inclusive de uma parlamentar morta por seu marido após ter desonrado a família e escandalizado os mulás locais contradizendo um homem em público – durante um debate parlamentar televisionado.

Em outras palavras, a “Integração das Atividades Civas e Militares” para melhorar as condições locais não exige apoio popular – e, mesmo que exigisse, isso não significa que esse apoio seria decisivo ou mesmo importante.

A seguir, vem uma longa seção sobre “Inteligência na Contra-Insurgência” que reflete o predicamento crucial da guerra de contra-insurgência: o inimigo invisível que pode escolher quando vai se revelar por trás de um disfarce civil e atacar e que pode cada vez mais atacar através de controle remoto, reduzindo assim sua exposição ou não se expondo de jeito algum. Os insurgentes possuem menos armas que seus inimigos e no Iraque dispõem de menos homens também, se bem que isso não ocorre no Afeganistão, e poderiam ser facilmente derrotados caso perdessem sua invisibilidade. Isso é óbvio. Mas os autores pressupõem então, automaticamente, que identificar os insurgentes dentre a população é um problema de Inteligência – outra proposta bastante questionável, como veremos a seguir, pois na verdade é um problema político que sempre tem uma solução política, quer queira quer não.

De qualquer forma, dando continuidade às premissas expostas no manual, os cabeçalhos detalhados que se seguem apontam maneiras diferentes de superar a invisibilidade dos insurgentes, usando todas as fontes, métodos e meios de Inteligência possíveis. Há “Características da Inteligência na Contra-Insurgência” que aponta para a necessidade de se dispor de habilidades e capacidades bastante diferentes quando os alvos forem insurgentes que oferecem “muito pouco contraste”, em comparação a aeroportos ou navios de Guerra; depois há “Planejamento do Desdobramento Prévio e da Preparação da Ação da Inteligência no Campo de Batalha” onde a especificidade da contra-insurgência com relação a tempo, lugar,

população, cultura e outros aspectos é reconhecida e enfatizada, em contraste com as preparações de Inteligência em geral para a guerra regular. Por exemplo, seria útil que houvesse interrogadores treinados que falassem árabe no caso de um país de língua árabe ser invadido, e, em um nível um pouco mais elevado, seria útil ter-se alguma instrução sobre a cultura local antes de tentar analisar o comportamento dos povos.

Em seguida vem “Operações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento” sobre os diferentes meios de empregar forças regulares com suas plataformas e sensores para localizar insurgentes evasivos, o que pode ou não dar certo. Mas isso certamente leva a outros meios, como o uso de F-15 e F-18 ultra-sofisticados e caríssimos e que dispõem dos sensores mais avançados para detectar e rastrear um homem, um menino e um jumento carregando ou não um “dispositivo explosivo improvisado” até o local onde devem posicioná-lo para explodir.

A seguir, temos um tópico delicado: “Contra-Inteligência e Contra-Reconhecimento”. O segundo tema é suficientemente direto: antes de atacar um alvo, é geralmente essencial observá-lo para planejar a ação e, com um pouco de sorte, esses observadores poderão ser localizados por defensores alertas. Em geral, a melhor forma de proteger alvos potenciais é antecipar os ataques contra eles através da contra-vigilância (ou “contra-reconhecimento”), para então agir pre-emptivamente ou surpreender os atacantes.

O assunto realmente delicado é a “Contra-Inteligência”, que indica a probabilidade de insurgentes se infiltrarem nas forças locais que, supostamente, estariam lutando contra os revoltosos – os amigos e aliados em necessidade que estão recebendo treinamento, armas e dinheiro. Sempre acontecem infiltrações, mesmo nas melhores forças militares e serviços de Inteligência, mas há uma diferença em escala entre as conseqüências de um traidor ou dois, e o alistamento em massa para servir à causa inimiga (ou o recrutamento inadvertido de inimigos como soldados). Por exemplo, já deve ser mundialmente reconhecido que no Iraque muitos, se não a maioria, dos Xiitas no exército e na polícia estão na verdade obedecendo às ordens de uma das milícias Xiitas, inclusive o “exército Mahdi”, que ocasionalmente fazem ataques surpresas às forças americanas ou britânicas. Do mesmo modo, muitos dos curdos que são pagos pelo governo ou diretamente pelos americanos estão a serviço de Barazani ou de Talebani, que agem sob a legenda do Partido Democrata Curdo e da União Patriótica do Curdistão. Bem mais perigosos, os Sunitas presentes no exército e na polícia, que foram recrutados, treinados, equipados e recebem salário para lutar contra os insurgentes Sunitas, podem da mesma forma ajudar a insurgência, ou podem ser eles mesmos insurgentes, supostamente destacados temporariamente para as forças do governo. Essa é a única maneira de os Sunitas, cujas famílias vivem entre a população Sunita, receberem um salário e ao mesmo tempo garantirem as vidas de suas famílias. Entretanto, isso é na verdade um problema político com uma solução desagradável, mas muito mais confiável do que poderia ser a “Contra-Inteligência”.

Depois disso vem a “Colaboração e Fusão das Redes de Inteligência”, que se refere ao compartilhamento e à integração da Inteligência que chega por canais separados de serviços, agências e fontes individuais diferentes, mas que é necessá-

ria aos seus utilizadores. Isso também é verdade com relação às operações regulares de Guerra, mas torna-se mais crítico quando os alvos são, quase sempre, instáveis, evasivos e com pouco contraste, se é que podem ser identificados, o que quase nunca ocorre.

Depois vêm capítulos mais previsíveis sobre “O Desenvolvimento de Operações de Contra Inteligência”, como executá-las e desenvolver forças de segurança da “Nação Anfítria”, cuja brevidade relativa enfatiza a importância que os autores dão às operações de Inteligência. Escândalos recentes explicam a necessidade de se ter um capítulo inteiro sobre “Liderança e Ética na Contra-Insurgência”, e o capítulo seguinte sobre “Construção e Sustentação de Capacidade na Logística da Contra-Insurgência” também reflete a experiência infeliz do Iraque.

O suprimento de munição, que nas operações regulares é geralmente o item mais volumoso juntamente com o combustível, não é problema já que muito pouca munição é gasta; no entanto, a logística continua sendo um grande problema no Iraque porque os itens necessários não podem ser simplesmente enviados de A para B sem um alto risco de ataques destruidores por parte dos insurgentes, seqüestro por milícias necessitadas dos suprimentos, roubo nas estradas ou saques oportunistas por civis comuns (há muitos predadores naturais entre a população, provavelmente devido à grande proporção de ex-nômades e de seus descendentes diretos, para quem a razia ainda é uma tradição honrosa e viril). Comboios de caminhões são mais seguros, apesar de bem menos eficientes. Essa segurança depende da qualidade de suas escoltas, que, conseqüentemente, são escassas e dispendiosas se forem compostas de soldados americanos (os britânicos localizados perto do porto, como de costume, são abastecidos com mais facilidade), menos escassas, mas ainda mais caras, se forem compostas por empresas de segurança e bem menos dispendiosas, mas nada confiáveis, se estas forem compostas por soldados ou policiais iraquianos. Frequentemente, o resultado final é o uso de horas de helicóptero caríssimas para transportar suprimentos muitas vezes sem valor e sem urgência, ao invés de caminhões – um dos motivos pelos quais a ocupação custa tanto apesar da pouca munição usada.

Casualmente, apesar de todos os avanços das operações “conjuntas”, quando a Força Aérea dos Estados Unidos tentou ajudar o Exército (... e dissuadi-lo da aquisição de sua própria aeronave de asa fixa para o teatro de operações) oferecendo um serviço regular de ponte aérea de aviões de carga turbo-hélice C-130 entre o Kuwait e bases diferentes no Iraque reservadas apenas para uso do Exército, essas aeronaves acabaram a maior parte do tempo carregando “vento”, ou seja, decolavam vazias, porque era mais fácil para as formações do Exército usarem seus próprios helicópteros e pequenas aeronaves de asa fixa orgânicos do que se “inter-relacionar” com a Força Aérea.

Antes de passarmos à curiosa política de insurgência e contra-insurgência, podemos apreciar mais dois aspectos do novo manual de combate. Há um Apêndice no capítulo “Preparação da Ação da Inteligência no Campo de Batalha” que enfatiza mais ainda sua importância e inclui uma seção sobre “Apoio Lingüístico”. É realmente muito triste comparar a surpreendente incapacidade lingüística das forças armadas e organizações de Inteligência dos Estados Unidos tendo em vista a

abundância de civis americanos que falam todos os idiomas estrangeiros conhecidos. Mais ainda, quando lembramos do excelente ensino de línguas estrangeiras que havia tanto no Exército quanto na Marinha dos Estados Unidos e que costumava produzir tantas pessoas fluentes em chinês ou em japonês quanto fosse desejado. O pessoal era selecionado por ocasião do recrutamento de acordo com as tendências naturais de cada um: essas pessoas recebiam um ano de curso intensivo, oito horas por dia, seis dias por semana; as que não conseguiam acompanhar as aulas eram rapidamente dispensadas. Nada impede que façam o mesmo agora com o árabe, o persa e, digamos, o azeri, a menos que haja falta de vontade de investir no futuro e, provavelmente, falta de voluntários disciplinados dispostos a aprender um idioma oito horas por dia, seis dias na semana, durante um ano inteiro ou mais. Um último aspecto sobre o FM 3-24 DRAFT: ele termina com uma lista de sugestões de leitura e o primeiro livro dessa lista é “Small Wars: A Tactical Handbook for Imperial Soldiers (1890), por Charles E. Calwell”¹.

O Manual de Combate 07-22, anterior ao 3-24, também continha essa lista de leituras, sendo que sua primeira sugestão era “The Battle of the Casbah 1955-57, por Paul Aussaresses”². Será que a doutrina de contra-insurgência regrediu, das dúvidas da década de 1950 para as certezas de 1890? Isso não é uma acusação, pois, infelizmente, como será argumentado a seguir, é necessário retroceder ainda mais para encontrar modelos convincentes de vitória contra insurgentes, empregando meios militares.

A CONTRA-INSURGÊNCIA NA PRÁTICA: IRAQUE

Começaremos com algumas observações elementares.

Embora as forças armadas dos países mais desenvolvidos, entre as quais certamente se incluem as dos Estados Unidos, sejam formidáveis contra um inimigo reunido convenientemente em formações maciças e fáceis de atingir, elas são bem menos eficientes na luta contra insurgentes. Isso ficou claro no Vietnã ao longo de muitos anos, até mesmo quando uma unidade regular norte-vietnamita ocasionalmente se aventurava a lutar de modo convencional e era eficientemente destruída.

Essa mesma teoria dupla está sendo desnecessariamente comprovada outra vez no Iraque, prejudicando a reputação de bom uso da inteligência e do poder dos Estados Unidos com a má utilização de bons soldados, o desperdício de grandes somas de dinheiro em operações aéreas e terrestres bem planejadas, mas ineficazes, infligindo mais sofrimento à população iraquiana em geral e tirando as vidas de jovens americanos cujo sacrifício, infelizmente, está fadado a ser inútil.

Não existe mistério algum quanto à primeira parte da teoria. Graças à abundância de recursos e a sua total competência, força moral, disciplina e capacidades, as forças armadas dos Estados Unidos em escala maior, e as de outros países desenvolvidos, cada um de acordo com seu potencial, podem normalmente gerar muito mais poder de fogo que seus opositores. Hoje em dia, inclusive, elas podem

1 NT – “Pequenas Guerras: um Manual Tático para Soldados Imperiais” – tradução livre do título

2 NT – “A Batalha de Casbá - 1955-57” – tradução livre do título

fazê-lo com muito mais precisão devido a sensores que revelam alvos mesmo em situações de baixa visibilidade, plataformas e armas que podem alcançar alvos a qualquer distância na superfície terrestre, dispositivos precisos de navegação e direção terminal, além de redes de comando e comunicações que combinam todas essas capacidades.

Até certo ponto, a segunda parte da teoria é uma mera consequência lógica da primeira: ao enfrentarem um poder de fogo muito superior, os insurgentes tentam tornar-se o mais evasivos possível – muito mais do que se estivessem enfrentando forças regulares menos temíveis – e, à proporção que os alvos diminuem, também diminui o valor do poder de fogo.

Mas há muito mais por trás disso. Para ser mais específico, há a questão política, dos dois lados; política essa que – é lógico – não está suficientemente presente no FM 3-24 DRAFT .

A não ser que confinem suas operações a áreas totalmente desertas onde não haja ninguém para observá-los, os insurgentes podem ter pelo menos a cooperação passiva dos habitantes locais. Se estes não denunciam os insurgentes por simpatia à causa deles ou por medo de sua vingança, é totalmente irrelevante. Em qualquer dos dois casos, isso significa que os insurgentes, e não as autoridades, é que têm o controle da população à sua volta. Essa vantagem essencialmente política é suficiente para que os insurgentes motivados superem todas as deficiências táticas em capacidade de combate e em armamentos.

Isso está acontecendo neste momento no Iraque, como aconteceu em tantos outros casos e insurgências anteriores, onde os insurgentes vivem seguramente em bairros árabe-sunitas das cidades e vilas, de onde saem para colocar bombas ou lançar ataques quando querem, e depois assumem novamente suas inocentes identidades civis.

Insurgentes locais podem realmente passar despercebidos aos seus vizinhos quando estão fora de atividade, mas não quando carregam suas armas e se reúnem para planejar suas ações; já os voluntários estrangeiros entre eles obrigatoriamente atraem atenção, mesmo quando não estão armados, devido ao seu modo diferente de falar e de agir. Muitos dos habitantes locais certamente sabem quem são os insurgentes e onde guardam seus estoques de explosivos e armas, mas jamais contariam. Por causa disto, as patrulhas do Exército e dos Fuzileiros Americanos não conseguem encontrar os insurgentes, exceto quando estes resolvem aparecer e entrar em combate direto, o que raramente acontece, e apenas quando estes acreditam que têm uma grande vantagem. Portanto, as patrulhas são, na sua maioria, inúteis e expõem os soldados às minas, explosivos acionados por controle remoto, franco-atiradores e granadas de morteiros que infligem baixas diárias.

É claro que todas as formas de inteligência técnica e todos os sensores possíveis estão sendo empregados para tentar suplantar a falta de inteligência humana do tipo mais elementar – mas indispensável, inclusive radares de varredura sintética a bordo de grandes aeronaves quadrimotores e os sensores infra-vermelhos e de vídeo dos mais modernos sistemas de aquisição de alvos dos maiores e mais poderosos caças (biplace). Os gastos com esses vôos são tremendos, chegando a centenas de milhões de dólares por mês, mas os resultados são muito minguados.

O objetivo seria coletar imagens para utilização imediata, especialmente à noite, mostrando, por exemplo, insurgentes colocando bombas ao longo das rotas das patrulhas americanas, ou se aproximando dos oleodutos portando explosivos. Caso isso falhasse, esperava-se que pelo menos fosse possível detectar atividades de insurgentes para investigações futuras, como, por exemplo, pessoas trazendo materiais furtivamente, à noite, para prédios isolados. Mas, na prática, a não ser que carreguem armas reconhecíveis, é simplesmente impossível distinguir entre insurgentes e pessoas inocentes em seus pacíficos afazeres do dia-a-dia. Enquanto isso, equipamento bastante sofisticado, que custa muito caro para operar e que é muito eficiente na identificação de veículos blindados, bunkers, lançadores de mísseis e quaisquer outros alvos clássicos facilmente reconhecíveis continuam a ser empregados todos os dias em tentativas inúteis de detectar entregas de alimentos ou a colocação de dispositivos explosivos improvisados. Este é mais um aspecto da inadequação estrutural das forças armadas modernas na luta contra inimigos evasivos sem alvos estáveis.

A vantagem essencialmente política que os insurgentes têm de poderem comandar pelo menos o silêncio da população local não pode ser superada por meios técnicos, por mais avançados que sejam. Tampouco podem ser de muita ajuda os melhores métodos e táticas operacionais defendidos no FM 3-24 DRAFT. São tão poucas as ocasiões em que os insurgentes entram em combate direto, já que a insurgência, de um modo geral, assume formas veladas, que vão da infiltração no governo a bombas, sabotagens e assassinatos, que as derrotas táticas infligidas aos insurgentes – inclusive a morte de seus principais líderes e heróis – não chegam a ter um impacto perceptível no volume da violência ou de suas conseqüências políticas.

No Iraque, como tem sido observado, há supostamente um meio muito mais fácil de encontrar insurgentes do que utilizar patrulhas motorizadas ou sensores, por mais sofisticados que estes sejam: a polícia e o Exército iraquianos. Seu recrutamento, treinamento, equipamento e manutenção, por si só um empreendimento muito caro em termos de dinheiro e sangue, está tendo resultados insignificantes porque a política da situação é mais uma vez central e mais uma vez desfavorável.

Em qualquer país pobre é fácil recrutar ajudantes locais; no Iraque, é fácil recrutar xiitas e curdos, assim como árabes sunitas – nas últimas décadas muitos deles vêm ganhando a vida dessa forma, explorando seu acesso privilegiado como sunitas e árabes aos bons salários de militares e policiais. Outros empregos eram menos cobiçados, pois exigiam trabalho, e agora, de qualquer modo, estão muito escassos. Mas, se por um lado os árabes sunitas estão dispostos a vestir uniformes e aceitar treinamento, por outro eles naturalmente não estão dispostos a ajudar na captura ou morte dos insurgentes que estão lutando para restaurar a ascendência árabe-sunita sobre o Iraque. Além disso, suas famílias correriam perigo de morte, caso se desconfiasse que eles estivessem sendo leais ao governo e, por extensão, aos americanos. Em alguns casos, esses policiais e soldados conhecem tudo sobre os insurgentes e exatamente onde podem ser encontrados, mas mesmo assim não ajudam na sua descoberta porque são eles próprios insurgentes, como observado acima. E mesmo quando recebem ordens específicas para entrar em ação, nas

raras ocasiões em que há combate ostensivo, a maioria dos policiais e soldados árabe-sunitas não lutam contra os insurgentes; se não puderem simplesmente ficar na retaguarda, eles são capazes de desertar, geralmente levando consigo suas armas. Quanto às unidades do Exército ou da Polícia guarnecidas principalmente por árabes xiitas ou curdos, embora estes não sejam ativamente desleais, tampouco conseguem coletar informações sobre os insurgentes - os civis árabe-sunitas confiam neles tanto quanto nos americanos, talvez até menos, porque mais cedo ou mais tarde os americanos sairão do Iraque, mas os curdos e os xiitas ficarão e, portanto, constituem um inimigo maior.

O terreno político adverso da contra-insurgência é apenas um dado no Iraque, como em todos os outros locais, pois se os insurgentes não receberem, ou puderem impor, pelo menos a colaboração passiva da população em geral, eles normalmente não sobrevivem.

A MANEIRA FÁCIL E CONFIÁVEL DE DERROTAR TODAS AS INSURGÊNCIAS EM TODOS OS LUGARES

No passado, forças armadas regulares, sem qualquer doutrina ou treinamento de contra-insurgência, derrotaram insurgentes usando uma série de métodos comprovados. Basta examiná-los para entender porque as forças armadas dos Estados Unidos ou de qualquer país desenvolvido e/ou democrático não podem usá-los.

O ponto de partida simples é o fato de que os insurgentes não são os únicos com capacidade para intimidar civis ou aterrorizá-los, se necessário.

Por exemplo, sempre que se acreditar na presença de insurgentes em uma localidade restrita, como uma vila, um lugarejo, ou um determinado bairro de uma cidade – o que acontece com frequência no Iraque atualmente, assim como em outras insurgências – os líderes locais são obrigados a entregá-los às autoridades sob pena de punições crescentes que podem até chegar a execuções em massa.

Foi desse modo que o Império Otomano conseguiu controlar províncias inteiras com uns poucos janízaros temidos e uma ou duas unidades de cavalaria. Os turcos contavam com muito poucos homens para caçar rebeldes escondidos, mas eles não precisavam fazê-lo: ao invés disso, eles iam até os chefes das vilas e notáveis da cidade para exigir com ameaças a rendição dos rebeldes. Poucos desses chefes quiseram descobrir se essas ameaças se cumpririam – um massacre de vez em quando permanecia como um aviso eficaz durante décadas. De modo que era principalmente por pressão social e não por força bruta que os otomanos conseguiam exercer seu poder: eram os próprios líderes dos grupos étnicos ou religiosos inclinados à rebelião, interessados em manter a paz, que provavelmente contavam onde os rebeldes podiam ser encontrados antes que os turcos pudessem causar mais danos.

Bem antes disso, os romanos já sabiam como combinar paus e cenouras para obter a obediência e conter as insurgências. Os povos conquistados eram orgulhosos demais para aceitar os benefícios do governo romano – dos banhos públicos e espetáculos gratuitos do circo a tribunais de justiça confiáveis. Por isso tinham

que ser “desestimulados a lutar”, uma idéia bem romana, o que era conseguido matando todos os que ousavam resistir com armas – o que proporcionava um bom treinamento para as legiões – e vendendo como escravos todos os que eram capturados nas batalhas ou que estivessem próximos o suficiente para serem implicados, destruindo as cidades que resistiam ao cerco ao invés de se renderem imediatamente, e aceitando prontamente como súditos e futuros cidadãos todos aqueles que aceitavam o domínio romano. Nos dois primeiros séculos do Império Romano, os dois séculos em que obteve mais êxito, uns 300.000 soldados ao todo, sendo apenas metade destes legionários bem treinados, eram suficientes para manter um vasto império que se estendia bem além da bacia do Mediterrâneo, onde ficava seu centro, e que corresponde hoje ao território de uns 30 países da Europa, do Oriente Médio e do Norte da África. Os romanos não podiam dispersar seus soldados por centenas de cidades, milhares de vilas e povoados para reprimir tumultos ou rebeliões – as tropas eram necessárias acima de tudo para guardar as fronteiras. Ao invés disso, eles contavam com a dissuasão reforçada periodicamente com punições exemplares. A maioria dos habitantes do império nunca se rebelava após a conquista inicial. Algumas tribos e nações tiveram que ser reconquistadas após tentativa e fracasso de se livrarem do domínio romano. Algumas simplesmente se recusavam a obedecer e eram dizimadas: “Eles criam um ermo e o chamam de paz” foi a reclamação amarga de um chefe escocês (conforme relatado pelo leal imperialista Tácito)

Represálias terríveis para impedir qualquer tipo de resistência era o procedimento padrão das forças armadas alemãs na Segunda Guerra Mundial, além da sua grande eficiência para conter a resistência usando apenas alguns soldados. Ao contrário do que relatam todos os filmes e livros dramáticos que narram as conquistas heróicas da resistência na Europa ocupada, os historiadores militares documentaram a tranqüilidade que os ocupantes alemães desfrutavam a maior parte do tempo e como a colaboração era uma prática normal não apenas por notórios “colaboradores”, como o incauto poeta francês ou o político norueguês fracassado, mas também por grande quantidade de pessoas: ferroviários poloneses, por exemplo, garantiam o abastecimento da frente oriental alemã. Quanto aos ataques ousados da resistência que aparecem nos filmes, eles certamente aconteceram, mas não com tanta freqüência; não que faltasse coragem para lutar contra os geralmente temíveis alemães, mas por causa das terríveis punições que infligiam à população, matando vários civis para cada alemão morto.

Portanto, os ocupantes podem ter sucesso sem a necessidade de quaisquer métodos ou táticas de contra-insurgência, basta que estejam dispostos a aterrorizar a população a tal ponto que o medo da represália seja mais forte que a vontade de ajudar os insurgentes, caso existam, ou do que as próprias ameaças. Os alemães também estabeleceram formas seguras e econômicas de ocupação explorando ataques isolados da resistência para alcançarem efeitos de demonstração bem mais amplos. Um solitário mensageiro alemão a cavalo era facilmente derrubado por fios estendidos ou então interceptado e morto; mas logo em seguida os soldados chegavam ao local e queimavam ou demoliam os prédios ao redor, se os houvesse, ou o vilarejo mais próximo, dominando e matando qualquer um que levantasse

suspeita ou que apenas acontecesse de estar ali. Em seguida, depois que a notícia do terrível feito se espalhasse e fosse devidamente aumentada, como acontecia com frequência, os mensageiros alemães podiam passar por ali em segurança, até que chegassem a outros locais ainda não instruídos, onde a seqüência se repetiria.

O mesmo acontecia durante a guerra no Vietnam, onde os vietcongs e os norte-vietnamitas eram habilidosos no uso do terror para garantir o controle do território e estavam sempre prontos a usar da violência contra civis, desde os inúmeros assassinatos individuais até execuções em massa, como em Hue, em 1968. A causa comunista tinha seus entusiastas, “parceiros e aliados” e seguidores oportunistas, mas os vietnamitas que não se enquadravam em nenhuma dessas categorias e tampouco eram inimigos declarados passíveis de serem eliminados; eram coagidos a colaborar ativa ou passivamente através da ameaça de violência usada tão abertamente.

É exatamente isso que os insurgentes estão fazendo no Iraque neste momento, o que não é nenhuma coincidência porque o mesmo deve acontecer em todas as insurgências. A população local que não simpatiza com a causa e que, portanto, não pode ser recrutada, é coagida a cooperar do mesmo modo, por temer a violência contra eles próprios e suas famílias, violência essa prontamente reforçada pela matança exemplar daqueles que insistem em não colaborar com a resistência: a neutralidade não é uma opção aceita.

Em comparação, a capacidade das forças armadas americanas para infligir punições coletivas não vai além do toque de recolher e outras restrições bastante inconvenientes e suficientes para causar dificuldades, mas obviamente insuficientes para impor um sofrimento verdadeiro que possa aterrorizar mais do que os insurgentes. Não é preciso dizer que isso não é uma limitação política que os americanos gostariam que suas forças armadas superassem, mas na verdade faz com que os insurgentes controlem a população – que é o verdadeiro “terreno” de qualquer insurgência.

Sem dúvida, as funções administrativas comuns do governo também podem ser usadas contra os insurgentes, talvez não de forma tão convincente, mas sem a necessidade da violência. Em toda parte os insurgentes tentam proibir qualquer tipo de colaboração ou contato com as autoridades, mas eles normalmente não conseguem evitar que civis procurem os escritórios do governo para solicitar todas as licenças, permissões, documentos de viagem e outros documentos obrigatórios. Isso dá oportunidade para que agentes da inteligência presentes no local peçam que essas pessoas, em troca da aprovação de suas solicitações ou de outras recompensas, forneçam informações sobre os insurgentes. Esse método eficiente e direto tem sido amplamente usado e não existe razão ética ou legal para que não seja utilizado também pelas forças armadas dos Estados Unidos. Entretanto, ele requer a aparelhagem do governo militar, juntamente com a oferta de serviços administrativos para a população civil. Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, após preparativos detalhados, o Exército e a Marinha dos Estados Unidos governaram a Zona Americana na Alemanha, o Japão e parte da Itália. No início, os próprios oficiais americanos eram os administradores, com a ajuda de membros escolhidos dentre as autoridades locais. No entanto, depois disso, os Americanos

vêm-se abstendo do papel de Ocupante, preferindo, tanto no Vietnã, há muito tempo atrás, quanto agora no Iraque, deixar a tarefa de governar para as autoridades locais, ao mesmo tempo em que assumem o papel um tanto estranho de um aliado desproporcionalmente poderoso, com forças de combate posicionadas, e provedor de ajuda militar, mas não da administração civil.

Isso reflete um outro tipo de política, que fica evidente na ambivalência do governo dos Estados Unidos, que se dispõe a lutar guerras, se dispõe a começar guerras por causa de possíveis ameaças futuras, se dispõe a conquistar territórios ou até mesmo países inteiros, e que, entretanto, não se dispõe a governar aquilo que conquistou, mesmo que seja apenas por alguns anos.

Por tudo isso, apesar de todo o talento verdadeiro manifesto no texto do FM 3-24 DRAFT, suas instruções afinal são de pouca ou nenhuma utilidade. Todos os melhores métodos, toda a tática astuciosa, todos os preparativos prudentes, todo o dinheiro e o sangue que os Estados Unidos estão dispostos a despende não são capazes de superar a ambivalência incapacitante dos ocupantes. Esses ocupantes que se negam a governar e que também alegam vários princípios para não usar dos mesmos métodos de terror que os insurgentes para poder sobrepujá-los, condição necessária e suficiente para uma ocupação tranqüila.